

I - Introdução

O estudo efectuado sobre a minha aldeia natal, intitulado *Boassas - «Uma Aldeia Com História»*, iniciado há alguns anos, à laia de curiosidade, um pouco como uma espécie de recolha de património, costumes e tradições, foi ganhando contornos cada vez mais definidos e revelou muitas surpresas, a maior das quais terá sido, então, a provável origem árabe do seu próprio nome, referida por vários autores.

A isto vieram-se juntando, sem que os procurasse, de forma natural e espontânea, outros elementos, os quais sublinhavam não só a presença, como a persistência, da cultura árabe/islâmica nestas terras durienses.

Assim, os vestígios, que pareciam antes não existir, talvez porque não houvesse a necessária atenção e acuidade, surgiam agora cada vez com maior frequência. E, fosse na riquíssima toponímia, fosse em achados arqueológicos ou em hábitos e usos ancestrais, o pó ia-se levantando e dissipando, deixando entrever riquezas há muito escondidas. Com ele ia desaparecendo também o preconceito, fortemente enraizado, de que os vestígios da presença muçulmana se quedavam apenas pelo sul e um pouco pelo centro daquele que é hoje o território português.

Certo é que o tempo foi generoso no fornecimento de novos elementos, aguçando assim cada vez mais a curiosidade. E a necessidade foi-se tornando imperiosa, na urgência de saber mais sobre algo que, embora parte integrante e indissociável da nossa cultura e identidade, nitidamente aparenta a sensação de estar como que “escondido”, encoberto pelos sedimentos de séculos, mas também por uma grande incompreensão e vastos preconceitos.

Os vestígios que vão surgindo e que se estendem ininterruptamente ao longo do rio Douro, desde a foz até terras de Espanha, sublinham uma forte presença, uma herança persistente, um facto indelével, que se tem, de alguma forma, insistido em olvidar.

Neste percurso, a zona de Lamego e aquele que na época romana se chamou “território Geronzo” (ou Gerôncio) e que é hoje a vasta Serra de Montemuro, parece

mesmo terem sido local propício para o estabelecimento desses povos oriundos do Oriente e do Norte de África.

Com eles vieram novas usanças, conhecimentos herdados de culturas do Oriente longínquo, da Pérsia, da China e da Índia, mas também de Roma e Alexandria, do Helenismo e da cultura clássica, os quais iriam contribuir substancialmente para um enriquecimento cultural ímpar da Península Ibérica e da Europa.

Este processo acabaria por culminar no surgimento e florescimento de uma civilização nova de características únicas e excepcionais, num território que passaria agora a chamar-se al-Ándalus.

Também o estudo precedente, designado “*Boassas - Uma aldeia na fronteira do Garb al-Ándalus*”¹, onde se intenta demonstrar a presença e a possibilidade da origem árabe deste povoado, acaba por mais não ser que o corolário dessa ideia e o resultado do somatório de todos esses indícios e vestígios.

O Mestrado em Património e Turismo veio dar novo alento e abrir novas possibilidades. Malogradamente não foi possível efectuar, tal como pretendíamos, o estudo sobre Boassas no âmbito da disciplina de Demografia Histórica, uma vez que os registos sistemáticos da população (“*actos vitais de nascimentos, casamentos e óbitos*”)² e que são as fontes específicas da disciplina, não existem anteriormente ao século XVI.

Fica assim por demonstrar a nossa intuição de que a população de Boassas terá um ascendente árabe/berbere muito forte. Há, porém, alguns documentos muito antigos sobre a região de Cinfães, onde aparecem mencionados alguns nomes árabes³.

No entanto, independentemente de tudo isso, em última instância, a noção que acabou por prevalecer foi a de que Boassas e seus arrabaldes constituiriam apenas um posto fronteiriço e (ou) de vigia (“*ribāt*”), sendo que todos os indícios apontavam a cidade de Lamego como centro irradiador.

É com base neste pressuposto que se desenrola a dissertação actual, uma vez que os estudos precedentes acabaram por deixar em aberto muitos problemas, sendo certo ainda que os dados existentes nesse estudo antecedente, não constituíam matéria suficiente para estabelecer uma necessária conclusão.

¹ CERVEIRA PINTO, Manuel da - *Boassas, uma aldeia na fronteira do Garb al-Ándalus*, Dissertação do Seminário em Património e Turismo da Universidade do Minho, 2002

² AMORIM, Maria Norberta - *Demografia Histórica, Um Programa de Docência*, pág. 9

1. O “*maktub*” e a necessidade de reinterpretar a História

O estudo deste período tem, no entanto, alguns escolhos que se vão evidenciando à medida que a “navegação” se vai fazendo e que são directamente proporcionais à “profundeza das águas”.

À medida que se vai estudando o vasto período que antecede a formação da nacionalidade, acentua-se a necessidade de chamar a atenção para toda uma série de mitos, que foram sendo construídos ao longo de séculos e que, por isso mesmo, se encontram profundamente enraizados.

A Igreja, à medida que adquiria maior poder, aumentava a sua intolerância, a qual acabaria por culminar com a expulsão ou com a conversão forçada (quando não com um auto-de-fé)⁴. O discurso histórico, feito praticamente apenas pela própria Igreja, ou por ela censurado, é construído com o objectivo primeiro de mostrar os males de que estava carregada “a religião de Mafoma”.

Só a título de exemplo, para ficarmos com uma ideia de como era então retratado o Islão, vejamos o que escrevia o Bacharel João José Pereira em finais do século XVIII:

*“Mafoma, ou Mahomet, cuja vida, e acções escrevo, que de fraco negociante veio a ser o Monarca da Arabia, e o fundador de hum vasto, e florescente Imperio, cujas ruínas formarão tres Monarquias poderosas: aquelle vasto genio, que tem o socorro das Sciencias humanas, offuscou a gloria dos mais abalizados politicos; o impostor leterrino, o falso, e damnoso Profeta, author afamado de huma Religião, que por sua extensão a disputa ao Christianismo; aquelle destruidor de tantos Reinos, que ensopou a terra de sangue, e que procurou destruir todas as luzes, e verdadeiras noções, que os homens seus predecessores tinham adquirido. Este monstro, este malvado nasceo em Meca, cidade da Arabia (...)”*⁵

Invariavelmente os historiadores depararam-se com vastas incompreensões pela tentativa de alterar esta situação, acabam por constatar isto mesmo e desabafam, como forma de se libertarem do peso que constitui toda uma série de “inexactidões” que foram sendo construídas ao longo dos tempos, e que acabaram por transformar em “*coisa menor*” a presença muçulmana em solo Ibérico e Europeu. Algo que, como refere Adalberto Alves, “*traduz-se sempre, ou na ignorância pura e simples dessa*

³ Ver: AZEVEDO, Rui Pinto de (prefácio e organização) - *Documentos Medievais Portugueses*

⁴ Ver, RIBAS, Rogério de Oliveira, in “*Islão Minoritário na Península Ibérica*”, págs. 67 a 77

⁵ PEREIRA, João José - *História da vida, conquistas e religião de Mafoma, e do governo civil e militar do Império Ottomano*; (...) Lisboa, Offic. De Simão Thaddeo Ferreira, 1791, págs. 1 e 2 (livro do acervo bibliográfico da “Casa do Cerrado”, em Boassas)

*presença, na sua subestimação, ou na sua avaliação em termos de mero antagonismo étnico-religioso”.*⁶

No entanto, esta incompreensão chega, por vezes, a transformar-se em vil desprezo quando não pura ignorância. Mesmo figuras como o próprio David Lopes acabariam por sofrer este estigma. Já em 1922, a propósito de um convite para uma visita ao Brasil, desabafava assim o grande arabista a João de Barros, quando este dele se despedia à saída de sua casa: *“O Sr. Ministro insistiu muito para que eu fosse ao Rio (de Janeiro). Diga-lhe que é melhor que eu não vá. No dia em que se souber que ele leva consigo um arabista, não faltarão graças e maledicências.(...)”*⁷

Mais recentemente, em 1968, dizia António Losa: *“Parece que o fatalismo - o maktub dos filhos de Mafoma - persegue inelutavelmente os que em Portugal se apaixonaram algum dia pelas coisas arábicas.*

*O arabista é, entre nós, o indivíduo a quem se recorre para satisfazer pequenas curiosidades, a quem se agradece à pressa - quando se agradece. E mal fecha os olhos, cansado e desiludido, cai sobre ele, mais pesado que a lousa sepulcral, o véu do silêncio.”*⁸

Por outro lado, em termos da própria história da arte há mesmo, não raramente, indícios claros de uma tentativa de “apagar” a história. O *“passar da esponja”* que, textualmente, referem Correia de Campos⁹ e Adalberto Alves¹⁰, é sentido também, quase invariavelmente, por todos aqueles que investigam nos locais, que pesquisam e procuram (e encontram) os vestígios arqueológicos e históricos dessa época.

Embora possa haver casos em que a destruição dos vestígios foi “inocente”, o que era, nitidamente, o resultado de um paradigma cultural remanescente e enraizado, em muitos outros casos, e de uma forma geral, constata-se que isso foi intencional. E se podemos afirmar que o povo, sobretudo através de uma viva tradição oral, manteve uma visão dos *«mouros»* positiva, tolerante e até despreconceituada, o mesmo se não pode afirmar dos círculos do poder político e religioso. E se por vezes esse *“apagamento”* é feito de forma subtil; outras... nem por isso.

O chamado *Arco de Almedina* em Coimbra, permanece como exemplo vivo, recente (meados do Século XX), da destruição dessa memória e dessa herança cultural. Mas, emblematicamente, não é só o apagar da memória que ali se encontra em jogo. É

⁶ ALVES, Adalberto - *Portugal e o Islão - Escritos do Crescente*, pág. 11

⁷ LOPES, David - *Páginas Olisiponenses*, pág. 20

⁸ LOSA, António - *Influência Andaluza na Arquitectura Portuguesa dos Séculos XIX e XX*, pág. 27

⁹ CAMPOS, José A. Correia de - *Monumentos da antiguidade árabe em Portugal*, pág. 79/80

¹⁰ ALVES, Adalberto - *Portugal e o Islão - Escritos do Crescente*, 1991, pág. 87

também o carácter ideológico que perpassa na atitude ridícula e insensata de transformar (à picareta) um arco ultrapassado (de ferradura) num arco ogival. Se tivermos então em conta que foram os próprios árabes que trouxeram para a Península Ibérica, e consequentemente para a Europa, o próprio arco ogival ¹¹ e que o arco de ferradura não será de origem árabe e sim visigótica, então esta atitude chega a ser anedótica ¹².

Esta mesma atitude revela-se ainda na própria igreja de Santiago, também em Coimbra, onde os vestígios moçárabes da fachada foram deliberadamente “apagados”. Aí, uma janela de arco ultrapassado ou de ferradura foi, nitidamente, substituída por uma outra de volta perfeita...

O facto de, no território que é hoje Portugal, a presença muçulmana ter durado menos cerca de trezentos anos do que em Espanha, foi significativo, até na forma como os vestígios foram sendo mais rapidamente destruídos.

No entanto esses vestígios existem, continuando contudo a ser remetidos para planos secundários nas prospecções arqueológicas e históricas com verdadeiras excepções, como é o caso, por exemplo, do profícuo Campo Arqueológico de Mértola, o qual apenas vem confirmar essa regra.

Ainda hoje não é muito pacífico, nem muito bem visto, que se façam estudos sobre a época árabe, sendo que os autores que o fazem vão amiúde tendo sérias dificuldades em defender as suas teses, quanto mais não seja por uma desconfiança fortemente enraizada, gerada por décadas e décadas de preconceitos e falsos mitos.

Vejamos um outro exemplo. Contra todas as evidências e como muito bem defende e documenta o arqueólogo Professor Doutor Vasco Mantas, insiste-se, ainda hoje, em classificar o monumento apelidado de *Cava de Viriato*, em Viseu, como sendo um acampamento romano, isto quando na realidade todos os vestígios indicam claramente tratar-se de uma fortificação árabe, construída muito provavelmente por Almançor e como forma de apoiar as suas várias incursões guerreiras a norte do Garb al-Ândalus ¹³. Sabe-se também que foi ali que o exército do célebre *hájibe* se encontrou com as tropas dos ditos “condes cristãos dissidentes” da região, para seguir no assalto a Santiago de Compostela. A necessidade de que existisse um grande acampamento para o facto é, no mínimo, evidente e a semelhança com uma estrutura idêntica, existente no Iraque, desarmante!...

¹¹ Ver: BURCKHARDT, Titus - *La civilización Hispano-Árabe*, pág. 173

¹² No entanto, tal como refere Pierre Guichard (*Al-Ándalus*, 711-1492, pág. 51), não nos podemos esquecer que o arco ultrapassado podia já, nessa época, ser também encontrado em monumentos Omíadas do Oriente.

¹³ MANTAS, Vasco Gil - *Arqueologia e história antiga, dos monumentos aos homens de ontem e de hoje*, in “As Oficinas da História”, págs. 120/123

2. “O mito da invasão”

Segundo Cláudio Torres, a chamada invasão da Península Ibérica, iniciada em 711, será o principal mito relacionado com este período da história. Os habitantes ibéricos mantêm-se, não abandonam o território e muitos convertem-se ao Islão. Inicialmente há até um surto de conversões em massa, sobretudo por parte das comunidades mais desfavorecidas, para quem o tornar-se muçulmano irá significar o arrecadar de alguns direitos e o melhorar significativamente a sua situação social.

*“O espelho dessa conversão, é a mudança de nome. O João passa a chamar-se Mohammed e torna-se muçulmano, apesar de os seus pais permanecerem cristãos.”*¹⁴

Os cristão que não se convertem mantêm, graças à tolerância dos muçulmanos, a sua religião e o seu culto mas, de uma forma geral passam a adoptar os usos e costumes árabes. Os hábitos dos muçulmanos, sem que haja qualquer espécie de coacção, impõem-se e entranham-se na população, a qual rapidamente se “arabiza”.

*“Cristianismo, judaísmo e islamismo são irmãos. (...) Só exagera as diferenças entre elas quem quer justificar agressões e dominações (...)”*¹⁵. E assim, porque de parte a parte havia vantagem em clivar as diferenças, manteve-se e exagerou-se o mito da invasão. *“Aos cristãos para explicar a derrota - só muitos maus poderiam ter vencido os bons - e justificar a reconquista. Aos muçulmanos, para poder atribuir a um milagre de Alá o domínio de um território tão rico como a Península Ibérica em apenas meia dúzia de anos.”*¹⁶

O comércio irá ser o veículo por excelência da aculturação e se o igualitarismo entre os comerciantes é um facto, não o será menos a necessidade de uma relação pacífica para que se efectuem as trocas. A expansão do Islão faz-se ao ritmo das trocas comerciais, em que o contacto e o estabelecimento de acordos entre os muçulmanos e as populações é um factor fundamental. A presença não pode ser violenta, na medida em que esta iria ser nefasta aos interesses comerciais. É um período em que, segundo Cláudio Torres, *“a troca de produtos se confunde com a troca de ideias (...)”*.¹⁷

Se repararmos também na miscigenação que se faz então, entre a população muçulmana e cristã, de que há numerosos exemplos, mesmo entre a nobreza e a realeza, então, diremos nós, que se tratou também, sem dúvida, de uma troca de afectos...

De facto, se repararmos no carinho com que é retratada e aceite a presença

¹⁴ TORRES, Cláudio - *O Mito da Invasão*, in Jornal Público de 31 de Agosto de 2003, pág. 35

¹⁵ TORRES, Cláudio - *O Mito da Invasão*, in Jornal Público de 31 de Agosto de 2003, pág. 35

¹⁶ TORRES, Cláudio - *O Mito da Invasão*, in Jornal Público de 31 de Agosto de 2003, pág. 35

¹⁷ TORRES, Cláudio - *O Mito da Invasão*, in Jornal Público de 31 de Agosto de 2003, pág. 35

islâmica, na visão positiva e popular das histórias e lendas de “mouras encantadas”, retratando belas e misteriosas mulheres que há séculos habitam as florestas e o nosso imaginário, então, teremos que aceitar que foi uma ocupação que não deixou marcas negativas.

3. O mito da conquista

Também a ideia de uma *conquista* árabe não corresponderá inteiramente à realidade. Podemos até verificar que são, inicialmente, as próprias figuras gradas, e de primeiro plano, da sociedade visigoda da época, que começam por encorajar a entrada massiva dos árabes na Península Ibérica graças, sobretudo, ao impasse e a um avançado estado de degradação política e social a que havia chegado o domínio visigodo em todo o território.

São factos históricos o convite feito pelo Conde Julião e a aceitação por Tarique Ibn Ziate da proposta dos filhos de Vitiza para que este os ajude a derrubar do poder o rei D. Rodrigo.¹⁸

No entanto, estamos em crer que o espantoso domínio árabe/muçulmano da quase totalidade da Península Ibérica em apenas cerca de três anos (quando as poderosas legiões romanas haviam levado mais de um século) sendo, obviamente, fruto de uma multiplicidade de factores favoráveis que a tornaram possível, somente pode ser explicada se tomarmos em conta a existência de uma grande aceitação por parte da generalidade da população, bem como dos seus próprios governantes e chefes políticos.

Podemos constatar significativamente, e tomando como exemplo, que a própria Toledo, que era então a capital do reino Visigótico, abre as portas ao exército de Tarique, isto com a ajuda dos Judeus que, face a uma situação insustentável de opressão por parte do poder visigodo, se juntam aos “invasores”.¹⁹

De facto, os judeus, há já cerca de um século, desde o reinado de Sisebuto, mais concretamente desde o ano de 616, haviam começado a ser perseguidos e espoliados. Eram então forçados a converter-se ao cristianismo, sendo que se o não fizessem dentro dos prazos estabelecidos, eram desterrados, sendo-lhes confiscados os bens, isto não sem antes receberem cem chicotadas.

Não será assim, pois, de estranhar que as comunidades judaicas tenham visto nos muçulmanos os seus libertadores celestiais, e a eles se tenham junto, ajudando-os

¹⁸ Ver: DOMINGUES, José Garcia - *Portugal e o al-Ándalus*, pág. 51

¹⁹ Ver: HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, pág. 51

mesmo na conquista de várias cidades, uma vez que estes, mediante o pagamento de um estipulado tributo lhes devolviam a liberdade e lhes permitiam o livre exercício da sua religião.²⁰

Na realidade não serão mesmo apenas os judeus a unirem-se ao “invasor”. De um modo geral todos os descontentes e oprimidos, nomeadamente os servos e escravos, mas também a própria classe média, que viviam ainda pior sob o domínio visigodo que aquando do governo romano, acabam por lhes facilitar a tarefa.²¹

Um outro factor relevante, e talvez mesmo preponderante, eram também as próprias relações comerciais dos povos da Península Ibérica, nomeadamente dos Judeus, com o Oriente, com os Árabes e com o Norte de África, as quais eram já muito antigas e se encontravam profundamente enraizadas, acabando assim por haver uma presença árabe/berbere acentuada, assente na continuidade, a qual passa também pelo respeito dos hábitos locais e pela própria religião.

A Península Ibérica sempre se relacionou com o Norte de África, as parecenças são ainda muitas e fazem lembrar uma época em que era através desta região que se ligavam os dois continentes. Os romanos sempre mantiveram possessões no outro lado do estreito e estabeleceram relações que nunca foram interrompidas, mesmo durante o domínio visigótico. Irá, pois, ser um facto de suma importância o conhecimento, na sociedade, ou em parte da sociedade ibérica, da cultura árabe/islâmica, dos seus múltiplos aspectos civilizacionais, usos, costumes, religião, etc.

Será curioso verificar como será mesmo o próprio governador cristão de Tânger e Ceuta, o já mencionado Conde Julião, a abrir as portas desta última cidade a Muça, mediante um vantajoso acordo, incentivando a tomada da Espanha e facultando-lhe mesmo os navios para o transporte das tropas para uma primeira expedição comandada por Abu-Zara-Tarif, em 710.²²

Podemos assim constatar que os árabes não eram, de forma alguma, os desconhecidos que, de um momento para o outro, aportam à península, facto aliás provado quer pelo observado anteriormente, quer também pelas já mencionadas negociações dos filhos de Vitiza e que iriam estar também na génese do estabelecimento dos exércitos de Tarique.

Se repararmos, por sua vez, que as vitórias militares irão ser quase irrelevantes, face ao número de capitulações pacíficas perpetradas por toda a Ibéria, e em que podem

²⁰ Ver: DOZY, Reinhart - *Historia de los Musulmanes de España*, vol. II, pág. 36 e 37

²¹ Ver: DOZY, Reinhart - *Historia de los Musulmanes de España*, vol. II, pág. 43

²² Ver: DOZY, Reinhart - *Historia de los Musulmanes de España*, vol. II, pág. 40

ser tomados também os exemplos de Coimbra, Santarém e muito provavelmente Lisboa²³, então poderemos constatar que a dita “conquista” fez-se muito mais ao nível da força da poderosa civilização muçulmana que pela imposição das armas.²⁴

No entanto haverá que ter em conta que a nova forma de combater dos exércitos árabes/islâmicos, assente na cavalaria e, consequentemente, numa grande mobilidade e rapidez, em contraponto à forma estática e pesada dos exércitos ibéricos, que não estavam preparados para este tipo de luta, facilitou também de sobremaneira os combates iniciais.

Até o próprio aspecto religioso não terá sido, como à primeira vista poderia parecer, um factor de impedimento ou de grande obstaculização à “invasão” muçulmana, pois que existiam entre as próprias religiões autóctones, de carácter monofisita, e o islamismo, múltiplos pontos de contacto. Neste aspecto, terá sido preponderante o “preparar do terreno” levado a efeito pelas doutrinas unitaristas do arianismo, que se havia expandido na península.²⁵

O próprio islamismo é por vezes visto como um aperfeiçoamento das outras grandes religiões monoteístas, judaísmo e cristianismo, chegando a adoptar, inclusive, alguns aspectos das mesmas. Esta vertente iria desenvolver-se no al-Ândalus e acabaria mesmo por culminar num movimento de criação de uma nova religião, misto de cristianismo e islamismo, o qual parece ter em *Ibn Maruân*²⁶ um dos protagonistas principais, senão o principal.

A própria poligamia, acaba por não se apresentar, aos olhos da época e sobretudo nos primeiros tempos da dominação árabe, como um factor de rejeição das sociedades ibéricas face ao advento do islamismo, pois que, em muitas delas, mesmo nas cristãs, a poligamia era aceite e considerada normal como, por exemplo, no arianismo, maniqueísmo ou priscilianismo²⁷.

Há mesmo relatos históricos de reis cristãos que tinham mais do que uma esposa, (por vezes árabe, como foi o caso de Afonso VI e da moura Zaida, filha do célebre rei de Sevilha Ibn-Abad al-Mu’tamid²⁸) sem que isso, que se saiba, tenha provocado alguma celeuma na época.

²³ Ver: DOMINGUES, José D. Garcia - *Portugal e o al-Andalus*, pág. 59

²⁴ Ver: ALVES, Adalberto - *A herança árabe em Portugal*, pág. 12

²⁵ Ver: GUICHARD, Pierre - *AL-Andalus, 711-1492*, pág. 14

²⁶ Ver: DOMINGUES, José D. Garcia - *História Luso-Árabe*, págs. 98,99 e 323

²⁷ Ver: RODRIGUES, António Jacinto - *O Priscilianismo, mitos e factos numa peregrinação entre a luz e as trevas*

²⁸ Ver: HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, Volume I, pág. 175

É também conhecido o facto de que Egas Moniz, filho de Múnio Viegas, tinha mais que uma mulher, como o prova o seu testamento datado de 1081 e no qual o mesmo se refere, com insistência, “*a esposas suas sobreviventes*”²⁹. O próprio historiador Armando de Almeida Fernandes, relativamente a este facto, vai ao ponto de nos dizer que, se conhecesse outro caso, ficaria a acreditar “*nas possibilidades legais da poligamia mediévica*”, desconhecendo talvez o sucedido com D. Afonso VI e relatado por Alexandre Herculano, dando-nos a ideia de como, ainda hoje, esta realidade nos provoca estranheza e nos parece inaceitável.

Estamos certos, porém, de que um estudo ou uma pesquisa um pouco mais aprofundada sobre esta época iriam revelar outros casos, pois que se estes se verificavam assim entre a nobreza, como não seria com o povo?

Enfim, na realidade, os primeiros tempos do domínio árabe parecem mesmo ser de grande aceitação, tolerância e miscigenação por parte da população ibérica. Para isto terá também contribuído indubitavelmente, e de sobremaneira, o facto de que os muçulmanos, mediante o pagamento de taxas e impostos, aceitavam a convivência com a população autóctone, cristã e judia, toleravam os seus usos e costumes e não impunham, em caso algum, a conversão. Disto mesmo constitui um facto sem dúvida sintomático e revelador que, ainda em pleno século XI, ou seja, mais de quatro séculos depois do estabelecimento do domínio árabe, a população de Lisboa fosse ainda maioritariamente cristã.

Por contraste com tudo isto, o avançar das hostes dos reis do norte, inicialmente através de acções dispersas, instigadas pelos Francos e outros povos do norte e, até por isso, em grande parte isentas de qualquer projecto político abrangente, assente, em parte, na presúria, no saque e nas pilhagens (é célebre a pilhagem de Lisboa por Ordonho III de Leão), iria durar muitos séculos. Quase tantos quantos os que tem hoje a nação portuguesa, isto num território que, ao longo desse vasto período de tempo, havia já sofrido profundas alterações a todos os níveis, quer religioso, quer político, quer cultural.

Todos estes factos obstam profundamente a uma ideia, obviamente bastante fictícia, de *reconquista*, na qual se subentenderá o retomar de um território que teria uma identidade própria cristã e que havia sido conquistado pelos muçulmanos, mas que, na realidade, já há muito não existia.

²⁹ FERNANDES, A. de Almeida - *Portugal Primitivo Medievo*, pág. 33

Por outro lado, mesmo após o estabelecimento do domínio cristão, a osmose entre as várias culturas continuou por largos séculos e foi moldando uma sociedade ibérica de características muito próprias e originais, as quais constituem ainda hoje um forte pilar da sua identidade.

Aparentemente, os próprios árabes desde cedo manifestaram uma vontade de romper com as antigas realidades e de impor uma nova identidade ibérica, facto que se poderá ver consubstanciado na própria criação de um novo país chamado al-Ândalus ³⁰.

4. O mito da “reconquista”.

Um dos principais mitos ligados à época do domínio árabe prende-se com a ideia subjacente à vulgarmente chamada “*Reconquista*” cristã. Na realidade não há uma *reconquista*, mas sim, quando muito, uma conquista. O período temporal em que irão decorrer todas estas alterações socio-políticas na Península Ibérica é tão vasto que, por si só, constitui motivo suficiente para obstar a uma tão leviana definição.

Estamos em crer que, nesta noção de *reconquista*, perpassa a ideia forçada de que, após a invasão inicial em 711, logo os poucos cristãos, que então se refugiaram nas Astúrias, passaram ao contra-ataque e foram “*recuperando o seu território*” palmo a palmo, dia a dia, no sentido Norte-Sul.

A realidade, porém, parece ter sido bem outra e, na verdade, as fronteiras do al-Ândalus irão permanecer vastos anos bem delimitadas, salvaguardando as *algaras* e incursões típicas das lutas da época. É sintomático como só ao fim de mais de quatro séculos é que, por exemplo, a linha de fronteira do Douro é definitivamente anulada o que, mesmo assim, não impediu que importantes cidades e vastos territórios continuassem a permanecer na mão dos príncipes árabes.

De facto mesmo cidades a norte do Douro, como por exemplo Chaves, apenas deixariam a tutela do crescente em meados do século XII, mais precisamente no ano de 1160 ³¹, ou seja, quase quatrocentos e cinquenta anos após a chegada de Tāriq e já após a tomada de Lisboa.

A própria noção de tempo, na época, assim como o próprio desconhecimento geral da geografia e da história, corroborado pela total inexistência de documentos coevos dos dois primeiros séculos de domínio árabe/islâmico, bastariam, por si só, para

³⁰ Nota: Já em 716-717 as moedas árabes, bilingues, traduzem o termo Hispania pela nova designação de al-Ândalus (Ver GUICHARD, Pierre - *Al-Andalus, 711-1492*, págs. 29 e 30)

³¹ Ver: MATTOSO, José - *História de Portugal*, pág. 446

inviabilizar esta ideia, a qual se pressente ter sido fabricada muito posteriormente e com objectivos bem definidos.

Por outro lado, o poder árabe/islâmico havia-se profundamente enraizado e organizado. Após mais de quatro séculos de domínio absoluto que apenas as dilacerantes lutas intestinas iam enfraquecendo, sendo que a própria novel sociedade do al-Ândalus havia florescido em espantosas e múltiplas manifestações culturais e científicas, adquirindo uma muito grande especificidade.

A espantosa constatação de que em 1160 cidades do norte, como Chaves, ainda se encontravam sobre o domínio muçulmano, colide também com um dos outros mitos, segundo o qual os árabes apenas teriam ocupado o sul da Península e que a sua forte influência apenas se teria feito sentir aí.

Será importante ter em conta que, tal como já havíamos referido, quando se dá o dismantelar da linha de fronteira constituída pelo Douro, haviam passado mais de quatrocentos anos sobre o início da dominação árabe/islâmica da Península, que esta se encontrava quase totalmente “arabizada” nos seus usos e costumes e que mesmo a grande parte dos cristãos, por isso chamados *moçárabes*, havia de bom grado aceite essa aculturação.

Havia ainda um número considerável dos chamados *muladis*, como Ibn Maruân, os quais haviam optado, de moto próprio, pela conversão ao islamismo e mesmo quando o poder político é transferido para os cristãos a intercultura continua a agir através dos chamados *mudéjares* e dos *mouriscos*.

Não deixa ainda de ser sintomático, e elucidativo, do que acabamos de expressar que a própria irreversibilidade das vitórias e conquistas, de Fernando Magno e seu filho Afonso VI, só acabará por suceder quando ambos se “*propõem aceitar a originalidade social e até religiosa do Islão*”³², facto verificável nos tratados estabelecidos aquando da tomada de Toledo em que à população muçulmana são garantidos todos os direitos, nomeadamente: «*(...) tolerância inteira para com o culto muçulmano; nenhum aumento de tributos; liberdade plena para todos os que quisessem seguir El-Kader, e conservação dos juizes e leis civis dos árabes, para por elas se regerem estes. (...)*»³³

5. Cinco séculos de esquecimento

A indiferença votada ao período histórico a que respeita o domínio árabe da

³² BORGES COELHO, António - *Portugal na Espanha Árabe*, pág. 22

³³ HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, pág. 176

Península Ibérica constitui ainda hoje, sobretudo em Portugal, uma falha cultural enorme, que se arrasta penosamente desde há muitos séculos e que, lamentavelmente, teima em permanecer.

Este estigma subsiste graças, sobretudo, a uma intolerância cultural e a um certo etnocentrismo, consecutivamente fomentados ao longo dos tempos, que atropelam e deformam todo o necessário e desejável rigor científico da História, a qual foi sendo moldada através dos tempos ao sabor de nacionalismos bacocos, de preconceitos xenófobos, racistas e religiosos, bem como de critérios mais que duvidosos, cujo paradigma culmina no período fascista, em que o regime, ao procurar uma definição de “raça e de cultura” em que pura e simplesmente não cabiam as influências orientais ou africanas, vistas e tidas como inferiores, eliminava, por isso, toda a herança árabe.

Ainda hoje, passadas três décadas sobre a queda do regime fascista, perdura a ideia generalizada de que os árabes se limitaram a invadir a península, instalaram-se sobretudo no sul e pouco ou nada deixaram da sua cultura. Pelo menos nada que se compare em Portugal às cidades andaluzas de Córdova, Sevilha ou Granada, tão habituados que estamos, pelas nossas deficiências civilizacionais, a julgar todas as manifestações culturais apenas pelos seus aspectos materiais mais imediatos, sobretudo aqueles visualmente mais exuberantes.

Numerosos exemplos poderão ser citados. Desde os próprios manuais e livros escolares, que levianamente, do período romano, profusamente desenvolvido e ilustrado, “saltam” para o período românico/cristão, copiando uma realidade centro-europeia que nada tem que ver com o que então se passava na Península Ibérica. Ou até mesmo nos próprios estudos universitários, onde apenas se estudam as manifestações “moçárabes” e mesmo assim muito pela rama. A própria designação “moçárabe” constituirá, em último caso, uma maneira subtil de disfarçar a evidência da presença muçulmana, contrastando com a forma como, por comparação, se designam os romanos por esse nome e não por Ibero-romanos ou outra designação similar.

Um dos mais recentes indícios desta omissão, ou discriminação, acontece na recentemente publicada *Monografia de Cinfães*, onde o período árabe é pura e simplesmente banido, ou melhor, antes assim fosse, porque o que se menciona desta época é apenas... “*as razias e saques que os muçulmanos faziam*”.

Como se não bastasse uma omissão histórica de “apenas” cinco séculos, fazem-se afirmações deste calibre, como se fazer “saques e razias” fosse um predicado apenas dos muçulmanos!... Ou seja, dá-se a ideia de que durante oitocentos anos de história

ibérica, a única coisa que os muçulmanos fizeram foi “saques e razias”... Claro que não se mencionam os “saques e razias”, a escravatura, a exploração e os massacres perpetrados pelos romanos, pelos visigodos, pelos túrdulos, ou mesmo pelos portugueses durante os “descobrimentos”, ou ainda os actos canibais praticados pelos soldados cristãos ocidentais durante as cruzadas...

Será que alguma vez estes “historiadores” pensaram como é que se terão sentido, por exemplo, os habitantes (muçulmanos, cristãos e judeus) de Lisboa, após vários séculos de convivência e cultura árabe/islâmica, por passarem a ter, de um momento para o outro, de obedecer às leis, usos e costumes dos cristãos do norte. Por outro lado não consta também que a tomada de Lisboa, bem como a de Évora, Santarém, Silves, Coimbra, Lamego, etc., tenham sido perpetradas pelos cristãos sem “saque nem razia”, bem pelo contrário...

Sabemos até que o próprio bispo de Lisboa combateu ao lado dos muçulmanos contra as tropas de D. Afonso Henriques, o que lhe valeu, apesar da religião e dos seus 70 anos...ficar sem cabeça...³⁴

Não adianta escamotear a questão, separar os “bons” para um lado e os “maus” para outro. Sabemos hoje perfeitamente que o “saque” era uma prática comum aceite instituída e mesmo forma de pagamento das próprias tropas, assim como também era comum a “razia e a escravatura”. A barbárie sempre foi comum, não só a todas as guerras e conflitos, como a todas as partes em confronto...

A própria história registou estas usanças. Reparemos mesmo o que, por exemplo, refere a este propósito Alexandre Herculano: (...) *”Ordonho aproveitou as forças que ajuntára para fazer uma entrada nas terras dos infiéis. Passou o Douro; desceu pelo território mussulmano, que hoje chamamos Beira e Extremadura até a foz do Tejo; tomou e saqueou Lisboa, e voltou a Leão rico de despojos e captivos.”*³⁵

Ou ainda, acerca de actos bárbaros, como este que é relatado sobre o cerco de Lisboa: *“(...) Com a desesperação, começaram bandos de povo faminto a sahirem fóra dos muros, e a irem entregar-se aos christãos, renegando da própria crença para salvarem as vidas. Mas de nada valia a muitos delles esta resolução extrema: ou o fanatismo religioso, ou antes a feroz esperança de incutir terror nos sitiados com um espectáculo d’estranha cruesa, fazia com que, decepadas primeiro as mãos daqueles malaventurados, fossem repellidos de novo para os muros.”*³⁶

³⁴ Ver: OLIVEIRA MARQUES, A. H. de - *Nova História de Portugal*, pág. 203

³⁵ HERCULANO, A. - *História de Portugal*, pág. 148

³⁶ HERCULANO, A. - *História de Portugal*, pág. 377

Obviamente muito haverá a dizer sobre o período árabe do território que hoje é Portugal, imenso sobre a Península Ibérica e também algo, sem dúvida, sobre o que é hoje o território duriense.

No entanto a tarefa não se afigura fácil. A todos estes preconceitos, fobias, etnocentrismos e culturalismos aliam-se, perigosamente, a indiferença e a ignorância, no que perfazem uma barreira, senão intransponível, pelo menos muito sólida e assim, só muito a custo se vão lentamente abrindo as brechas que permitirão aceder a todas essas riquezas ainda escondidas.

Os primeiros passos, contudo, começam finalmente agora a ser dados neste sentido, por pessoas como o arqueólogo beirão Cláudio Torres, cujo trabalho notável levado a cabo em Mértola, constituirá sem dúvida exemplo a seguir nos tempos próximos. Mas também o do arabista, poeta e escritor Adalberto Alves que tem aprofundado o estudo das letras e sobretudo dos poetas árabes da época.

O labor de ambos tem revelado à cultura portuguesa uma imensa riqueza escondida a qual, essa sim, constituirá, o verdadeiro *Tesouro da Moura Encantada* de que fala o povo nas suas lendas e histórias.

No Douro, embora tudo, literalmente, esteja ainda por fazer neste campo, muito há a estudar e a descobrir. As evidências são, porém, imensas.

O etnocentrismo continua, no entanto, a marcar pontos e a deturpar a visão objectiva e crítica da história, fomentando desta forma o desconhecimento, a ignorância, o desinteresse e a indiferença. Neste caso sobre um dos períodos mais interessantes e marcantes da história da Península Ibérica e que veio a ter repercussões, não só em Portugal e Espanha, como até a nível mundial, na forma como influenciou o Renascimento e a própria saga dos denominados “Descobrimentos”...

De facto, não será necessário um estudo muito aprofundado para esclarecer porque motivo os “descobrimentos” são perpetrados pelos países Ibéricos e não por outros países europeus.

Na realidade o conhecimento científico, havia sido aportado ao extremo oeste do continente europeu pelos árabes que haviam absorvido e desenvolvido os fundamentos da cultura greco-romana, mas também do extremo-oriente, da Índia e da China. Só se fossemos cegos não veríamos a importância fenomenal que, por exemplo, aportou para o conhecimento, para o desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico, artístico e cultural a utilização dos algarismos e a introdução do “zero”.

Estamos até em crer que o próprio espírito do Renascimento tem a sua génese na Península Ibérica e não em Itália como até hoje é vulgarmente aceite...

No entanto, após oitocentos anos os preconceitos, as diferenças culturais, sociais e sobretudo religiosas, ainda não foram completamente ultrapassadas. Os primeiros passos para esta desmistificação são dados, provavelmente, por Alexandre Herculano, na sua História de Portugal, vendo no domínio árabe da península não apenas o factor guerreiro, conquistador e usurpador, mas também os aspectos sociais, políticos, de organização do território e sobretudo o fantástico impulso sociocultural aportado pela civilização árabe. A tomada de consciência deste facto levaria Fernando Pessoa a afirmar que, mais que lusitanos ou celtas, o povo português é, essencialmente, o resultado de duas civilizações - a romana e a árabe.

No entanto, mesmo Alexandre Herculano, embora se tenha conseguido libertar, como ele próprio afirma, da sua nacionalidade, com vista a obter uma maior isenção, independência e rigor histórico-científico, não se consegue libertar, porém, da sua religião e acaba por tecer, também ele, comentários etnocentristas e mistificadores, desprovidos de qualquer rigor histórico ou científico, como quando afirma, por exemplo que, o facto de a Península Ibérica não conseguir encontrar a paz, se deve ao aspecto de esta ser dominada pela religião muçulmana e não pela cristã. No entanto há que ter em conta que esta observação é feita em meados do século XIX...

Os poetas auguram uma maior clarividência, por isso e porque nada poderia enaltecer melhor a cultura árabe que as palavras de um grande poeta, permitimo-nos recordar aqui Fernando Pessoa:

*“(...) nós, Ibéricos, somos o cruzamento de duas civilizações - a romana e a árabe. Vingamos a derrota que os do Norte infligiram aos Árabes nossos maiores. Expiemos o crime que cometemos ao expulsarmos da Península os Árabes que nos civilizaram.”*³⁷

Porque a esperança de um mundo melhor reside, obviamente, numa melhor relação entre os povos, num entendimento e respeito mútuo entre as várias culturas e religiões, embora humilde, espero possa ser, este, um pequeno contributo.

³⁷ PESSOA, Fernando - *Da Ibéria e do Iberismo*, in ALVES, Adalberto - *A herança árabe em Portugal*, pág. 25